 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 066. Visualidades Indígenas

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF) - Coordenador/a, Edgar Teodoro da Cunha (UNESP) - Coordenador/a O GT visa reunir pesquisas recentes que analisem as produ?es audiovisuais feitas por povos indigenas ou sobre eles. O escopo das investigac?es a serem apresentadas deve agregar reflex?es sobre as concepc?es de imagem do ponto de vista das cosmologias de distintos povos indigenas, mas tamb?m reflex?es sobre a apropria??o das t?cnicas de produ??o de imagens, analises de processos de socializac?o da linguagem do cinema e do video por meio de oficinas e seus paradoxos e experiencias correlatas. O objetivo das sess?es ser? analisar as novas visualidades que se colocam para dentro e para fora dos grupos indigenas, o protagonismo dos jovens indigenas na produ??o de discursos audiovisuais a partir das l?gicas culturais; rela?es entre imagem e xamanismo; circula?ao de pontos de vista ind?gena e sua recep??o academica, apropria??o do audiovisual em processos de transmiss?o de conhecimento, seus limites e possibilidades. Os temas gerais que ser?o acolhidos no GT tratam de comunicac?o intercultural, relac?es entre imagem e politica, quest?es de autoria, tecnologias nativas do tornar visivel, jovens indigenas e apropriac?o das tecnicas do video, transmiss?o oral e o audiovisual.

Produção audiovisual no contexto indígena no Ceará

Autoria: Erick Sousa de Sousa

A partir da década de 1990 os povos indígenas no Ceará mobilizam se entorno do reconhecimento étnico para a demarcação dos territórios tradicionais. Estas mobilizações pela demarcação territorial, envolvem ações para alcançar o reconhecimento local, através da promoção de eventos político-performáticos que afetam agências de produção discursiva de diferentes eixos da sociedade. Abordaremos no presente artigo o discurso imagético ou a visualidade indigena, agenciado pela produção audiovisual do documentário de Guaracy Rodrigues e Edmar de Oliveira produzido em 1999 na conhecida hoje aldeia do ?Santo Antônio dos Piraguary?. O povo indígena está localizado na região metropolitana do Ceará, a trinta quilômetros de Fortaleza. O filme se passa numa ação dos índios Pitaguary que acontece para visibilizar os interesses pela demarcação do território. Sendo esta produção de caráter ?[...] documentário público onde o exotismo está presente [...]? (LEROI-GOURHAN, 1948. apud ATHIAS 2014) e são produzidos por agentes externos, coordenados pela produção da ?Casa da Memória?. Temos como ponto de partida a reflexão sobre os regimes imagéticos (ALBURQUEQUE, 2012), as estratégias discursivas evidenciadas pela montagem cinematografia e as performances corporais captadas pelo documentário, tendo em vista que [...] o filme etnográfico se situa justamente, na referência ao retrato de uma realidade específica, e na descrição, através dos movimentos de uma câmera [...]? (ATHIAS, 2014. p-81). Assumimos metodologicamente o compartilhamento do processo interpretativo das imagens do documentário, através das memórias sobre a produção contadas pelos entrevistados. Deste modo, buscamos identificar os vínculos representativos e os caminhos da produção audiovisual através da perspectiva dos índios Pitaguary e as características visuais da obra. Por fim, tentamos rastrear os efeitos do evento audiovisual na experiência prática das pautas locais, através das memórias dos sujeitos e eventos políticos da demarcação de terras, relacionado aos significados estético-discursivo da obra, levantando questões de autoria e medição cultural através do audiovisual praticado no contrato dos povos indígenas no Ceará.

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**